

Educação, nome (social) e políticas públicas: o caso Nazaré, uma estudante transexual na escola

Cláudio Eduardo Resende Alves¹, Maria Ignez Costa Moreira²

Resumo:

Este artigo é um recorte da pesquisa de doutorado em Psicologia que investigou as implicações subjetivas e institucionais da política pública do uso do nome (social) por estudantes transexuais em escolas do município de Belo Horizonte. Na investigação da trajetória da estudante transexual Nazaré, utilizou-se como metodologia entrevista semiestruturada, rodas de conversação e observação participante da rotina escolar, analisadas à luz das teorias pós estruturalistas de gênero. A Instituição Escola com seus ritos, interditos, discursos e práticas ordena sujeitos e corpos em categorias binárias numa perspectiva heteronormativa que normaliza, iguala e invisibiliza a diferença. Conclui-se que o dispositivo nome (social) é insuficiente para gerenciar as lacunas entre o texto prescrito da política pública e a prática social na escola, sendo considerado como um ponto de partida para o reconhecimento dos direitos de cidadania de transexuais no Brasil.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Políticas Públicas. Transexual.

1 Doutor em Psicologia pela PUC Minas com estágio de doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra/Portugal, Mestre em Ensino de Biologia pela PUC Minas, Especialista em Educação Afetivo Sexual pela FUMEC e Graduado em Ciências Biológicas pela PUC Minas. Gestor de Políticas Públicas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Professor da Pós Graduação da Faculdade Pitágoras.
E-mail: cadupbh@gmail.com

2 Pós-doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutora em Psicologia Social pela PUC SP. Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia PUC Minas. Coordenadora do GT da ANPEPP - Psicologia socio-histórica e o contexto brasileiro de desigualdade social.

E-mail: maigcomo@uol.com.br

Education, (social) name and a public policies: the Nazaré case, a transsexual student at school

Cláudio Eduardo Resende Alves, Maria Ignez Costa Moreira

Abstract:

This article is a cut out from a doctorate research in Psychology which investigates the subjective and institutional implications of the public policy of the (social) name by transvestite and transsexual students in municipal public schools in Belo Horizonte. The investigation of a transsexual student called Nazaré were conducted by semi structured interview, casual group conversations and participant observation of the school routine, analysed by the gender post-structuralism theories. The institution school, with its rites, prohibitions, discourse, practices, orders the subjects and bodies in binary categories in a heteronormative perspective, which normalizes, equalize, and invisibilize the difference. The conclusion shows that the device (social) name is insufficient to manage the blanks between the prescribed text of the public policy and the school practices, considered as a starting point to the recognition of the citizenship rights of transsexuals in Brazil.

Keywords: Education. Gender. Public Policies. Transsexual.

1 Introdução

O uso legalizado do nome (social) por estudantes transexuais em escolas do município de Belo Horizonte é uma política pública educacional eficiente do ponto de vista institucional? Essa política pública garante o acesso e a permanência na escola, bem como a conclusão dos estudos para estudantes transexuais? Tal problematização foi a força motriz da pesquisa de doutorado em Psicologia, realizada entre os anos de 2013 e 2015, cujo recorte configurou-se neste artigo que apresenta a trajetória escolar de Nazaré, uma estudante transexual. Torna-se necessário, nessa introdução, apresentar três conceitos fundantes que nortearam as reflexões críticas desenvolvidas na pesquisa, quais sejam: 1. Nome (social); 2. Gênero; e 3. Transexualidade, todos funcionam como chaves de leitura da instituição escolar no trato cotidiano com a diversidade sexual.

Não dar possibilidades à pessoa se denominar e ser denominada pelos outros conforme seu entendimento acerca de si é cercear direitos fundamentais, impossibilitar condições de exercício de sua cidadania e estimular o constrangimento, a intolerância, a discriminação e a violência em suas diversas formas (FILHO, 2012, p.112).

Nome (social), segundo a Resolução do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte N° 002 (BELO HORIZONTE, 2008), é entendido como o nome pelo qual sujeitos travestis e transexuais preferem ser chamados cotidianamente, uma vez que o nome civil ou de registro não reflete sua identidade de gênero. O nome (social) pode ser tomado como um dispositivo de identificação de gênero, considerando dispositivo como um conjunto decididamente heterogêneo, o qual abrange discursos, instituições, decisões regulamentares, leis, enunciados científicos, propostas filosóficas, morais e filantrópicas, a rede que se estabelece entre esses elementos recebe a alcunha de dispositivo (REVEL, 2011). A escolha da grafia “nome (social)” partiu da premissa de que todo e qualquer nome é *a priori* social, uma vez que desempenha uma função intrínseca a ele mesmo de inserir os sujeitos em uma cultura preexistente. A adjetivação social do nome produz uma tensão representada entre uma suposta visibilidade emancipatória do ponto de vista político e uma tutela que normatiza, iguala e torna invisível a diferença. O nome (social) tem sido amplamente utilizado no campo da educação, exemplo disso, é a elaboração e aprovação de inúmeras legislações em instituições públicas e privadas de educação nos últimos anos no Brasil.

O segundo conceito fundante desse artigo é gênero, tomado como uma categoria de problematização dos modelos de masculinidade e feminilidade que reiteram relações assimétricas de poder, embasando reflexões de superação das lógicas binárias do sistema sexo/gênero. Gênero se constitui como uma ferramenta teórica e metodológica para discutir as diferenças nas posições sociais e sexuais de homens e mulheres, sejam heterossexuais, lésbicas, gays, bissexuais, travestis ou transexuais. Não importa o sexo anatômico, o que determina a identidade de gênero é a reiteração do discurso (BUTLER, 2003), principalmente a auto narrativa que legitima

e valida o corpo transexual (PROSSER, 1998), corpo esse, modificado, recodificado, manufaturado e redefinido pelo desejo e pela técnica (LE BRETON, 2014). A diferença produz distintos sentidos que demandam outros termos e nomenclaturas, uma vez que a linguagem não acompanha a fluidez e o dinamismo do pensamento crítico.

O terceiro e último conceito fundante diz respeito ao termo transexual. Oliveira e Nogueira (2010) propõem uma concepção de transexualidade que abrange sujeitos que se identificam como pertencente a outro gênero que não o correspondente ao sexo anatômico designado no nascimento. Para os autores, a transexualidade implica em um desejo de viver de acordo com o que é atribuído a outro gênero e que não depende necessariamente de uma intervenção cirúrgica. Na discussão da transexualidade, Leite Jr (2011) problematiza a separação entre corpo, gênero e política, uma vez que não é possível analisar a origem desses conceitos sem considerar o pano de fundo político e científico, e o quanto estão baseados em normas sociais que organizam as diferenças de gênero. Jay Prosser (1998), no seu livro *Second Skins: The Body Narratives of Sexuality*, retrata a dificuldade em nomear e classificar sujeitos transexuais, sinalizando intercâmbios entre o corpo e a narrativa na constituição da experiência trans, o que evidencia como as transições somáticas trans são estimuladas e legitimadas pelas transições formais narrativas. Por fim, Bento (2006) propõe pensar sujeitos transexuais como figuras de desordem e embaralhamento no sistema binário de masculinidades e feminilidades, seus corpos construídos artificialmente sugerem, concreta e simbolicamente, as possibilidades de proliferação e multiplicação de formas de gênero e de sexualidade.

Nome (social), gênero e transexualidade, dessa confluência são produzidas desigualdades sociais e sexuais que trazem em seu bojo contrapoderes ou formas de resistências (FOUCAULT, 1984). Este modo de análise do poder e das resistências constitui-se como uma ferramenta metodológica para problematizar o fenômeno discriminatório vivenciado pela população de transexuais e as estratégias de sobrevivência construídas por esses sujeitos na defesa de seus direitos e na construção da cidadania.

2. Cenário da pesquisa e estratégias metodológicas

Inicialmente, é mister salientar que todo o processo investigativo seguiu o protocolo do Comitê de Ética na Pesquisa da PUC Minas, garantindo o anonimato dos sujeitos pesquisados, bem como das escolas que sediaram a pesquisa. Todos os nomes foram substituídos por pseudônimos, no caso, cidades portuguesas, como uma alusão ao doutorado sanduíche realizado na Universidade de Coimbra/Portugal. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando o uso das narrativas coletadas durante a pesquisa de campo.

O campo de pesquisa foi constituído por duas escolas, entretanto, esse artigo aborda apenas o caso de uma estudante trans e as ressonâncias no cotidiano da Escola

Municipal Coimbra, localizada numa região de vulnerabilidade social do município de Belo Horizonte. É uma escola pequena composta por sete turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no turno da noite. Seu contingente profissional é formado por sete professores, uma coordenadora pedagógica, uma diretora, uma vice-diretora e seis funcionários administrativos. Nessa escola existia uma única estudante transexual feminina, Nazaré. A EJA é uma modalidade de ensino amparada por lei e destinada as pessoas que por diferentes motivos, não tiveram acesso à educação regular na idade apropriada, sendo assim, ela se caracteriza como uma modalidade de educação em que a diversidade, em especial a etária, está presente no espaço escolar, devendo ser considerada como uma importante estratégia pedagógica de aprendizagem e socialização. Para Alves (2009), além das diferenças geracionais, as diferenças étnicas, de gênero, de credo religioso, de classe social e de orientação sexual são determinantes no cotidiano e na organização escolar. Como gestor de políticas públicas fui interpelado pelo campo durante os processos de investigação, descrição, análise e escrita do texto. A própria entrada no campo foi facilitada por minha implicação profissional, criando expectativas entre os sujeitos investigados e produzindo diferentes ressonâncias na ótica metodológica empregada. Utilizei três diferentes estratégias metodológicas de intervenção no cotidiano escolar que dialogam entre si, evidenciando convergências e divergências entre os sujeitos investigados no campo das subjetividades trans: 1. Observação participante da rotina escolar; 2. Rodas de conversação com educadores e funcionários administrativos das escolas; e 3. Entrevista semiestruturada com uma estudante transexual.

As escolhas metodológicas têm a intencionalidade investigativa de observar, analisar, interagir e registrar as dinâmicas relacionais produzidas no cotidiano escolar e constitutivas dos processos de subjetivação. O período investigativo inicial se desenvolveu a partir de observação participante da rotina escolar, na qual destacam-se: a entrada estudantil no início do turno, as conversas na sala de professores, os cartazes afixados na escola, as placas dos banheiros, os livros relativos à temática de sexualidade disponíveis na biblioteca, a arquitetura da escola, as atividades desempenhadas pela coordenação pedagógica e o uso dos espaços coletivos como corredores, cantina, banheiros e pátios da escola. O ambiente revela pistas da organização espacial e da estrutura social escolar no atravessamento com as demarcações de gênero, estabelecendo regras, rituais e comportamentos de regulação das masculinidades e feminilidades.

Findado esse momento inicial e com o apoio da direção e coordenação pedagógica da escola, realizei o convite aos profissionais de educação para participar da roda de conversação. As equipes pedagógicas forneceram suporte, estrutura física e logística para realização das etapas investigativas. Por uma razão metodológica, optei pela separação dos docentes e dos profissionais administrativos em duas rodas de conversação distintas. As rodas de conversação foram realizadas em dias e horários diferenciados, conforme a disponibilidade dos partícipes e o calendário de atividades escolares. A

escola investigada possui uma carga horária diferenciada do ensino diurno, o que lhes garante um momento semanal de formação sempre às sextas feiras sem a presença de estudantes, facilitando a realização das rodas de conversação.

O objetivo principal das rodas de conversação era procurar compreender como esses sujeitos se posicionam frente à política pública educacional do nome (social), problematizando as concepções de masculinidades e feminilidades que orientam as práticas sociais na instituição escola. As categorias analíticas escolhidas para orientar as rodas de conversação são: conhecimento da política pública municipal, importância do uso do nome (social) para seus usuários e atitudes transfóbicas no cotidiano escolar. A escolha dos partícipes para as rodas de conversação teve como eixo norteador a convivência com a estudante Nazaré nos diferentes espaços escolares. Nesse sentido, as rodas de conversação foram compostas pelos seguintes partícipes:

1. Porteiro e Guarda Municipal que controlam a entrada/saída estudantil;
2. Funcionários da secretaria que registram a demanda do uso do nome (social);
3. Coordenação pedagógica que acompanha os processos educativos/disciplinares;
4. Funcionários da limpeza responsáveis pela manutenção dos banheiros;
5. Docentes que lidam cotidianamente com estudantes em sala de aula; e
6. Funcionárias da biblioteca que atendem o público discente.

Quanto ao registro das participações na roda de conversação, optei pela não gravação de vozes ou imagem durante as rodas de conversa, uma vez que tal estratégia de registro inibe a participação livre dos integrantes, cerceando falas e interações discursivas. Apesar da sobrecarga para o investigador que, além de coordenar a roda, precisa registrar as falas, o resultado obtido é mais condizente com a rotina da escola e com as relações interpessoais que se estabelecem nesse contexto. Como formador docente, há muito tempo tenho experiência no manejo com grupos de discussão e na mediação de debates coletivos, sem perder o foco no objetivo da roda de conversação. Minha posição de pesquisador acadêmico é constantemente atravessada pela posição de gestor de políticas públicas, refletindo no processo investigativo e nas interações com os sujeitos. Nesse sentido, a concepção de “implicação do pesquisador”, como sustentador institucionalista da pesquisa/intervenção oriunda da Análise Institucional (LOURAU, 1995), oferece alternativas de leitura dos fenômenos escolares investigados. Como aponta Romagnoli (2014), implicação é uma concepção:

[...] da qual não podemos escapar, desafio cuja análise é circunstancial e provisória, e análise que se sustenta num paradigma ético-político para o qual não há neutralidade e nem é possível fazer uma pesquisa de “fora” [...] o pesquisador ocupa um lugar privilegiado para analisar as relações de poder, inclusive as que o perpassam (ROMAGNOLI, 2014, p.46)

O pesquisador está implicado no campo de observação, intervindo no objeto estudado e sendo modificado pelo mesmo, por meio de atravessamentos e transformações nas

formas subjetivas e objetivas. Para a autora, perante a complexidade de significados encontrados na instituição escola, o pesquisador intervém nas relações sociais em busca de alternativas instituintes em detrimento de uma antiprodução que não sustente o coletivo.

A entrevista com a estudante transexual Nazaré foi acertada previamente com os professores, uma vez que a mesma realizou-se durante o horário de aulas. A identidade de gênero aqui grafada – transexual - foi autodeclarada pela entrevistada. O objetivo da entrevista foi de investigar as rotinas da sala de aula, a aceitação da turma em relação às estudantes e vice-versa, os significados do nome (social) e de seu uso e, por fim, os fatores que facilitam e dificultam a permanência na escola. Também utilizei a estratégia de registro escrito simultâneo das entrevistas, sem gravação de voz ou imagem, pelas mesmas razões explicitadas nas rodas de conversação.

Segundo pesquisas sociológicas e antropológicas, a utilização de metodologias de conversação se constitui um marco privilegiado para o estudo de fenômenos sociais, sendo, portanto, essencial nos estudos no campo da psicologia (REY, 2010). A conversação representa uma aproximação do outro em sua condição de sujeito e persegue sua expressão livre e aberta, definindo, pois, o caráter processual da relação com o outro como um momento permanente da pesquisa. A pesquisa representa um processo de construção de informações procedentes de fontes diversas que convergem para a elaboração de determinados núcleos de sentido subjetivo. Porém, outros conhecimentos importantes também são produzidos de forma colateral no processo de coleta de dados. As categorias analíticas escolhidas para elaboração dos roteiros da entrevista e das rodas de conversação podem se desdobrar em outras possibilidades de leitura e interpretação, trazendo amplitude para a pesquisa ao ultrapassar os limites da intencionalidade consciente.

3. Entrevista: uma estudante transexual

Nazaré é uma mulher transexual de dezessete anos que mora apenas com o pai em uma casa bem próxima à escola. Recusa-se a falar sobre a mãe ou outro parente. Embora ela não tenha informado sua cor/raça, seu fenótipo se assemelha à cor branca. Pela perspectiva teórica da interseccionalidade (VERLOO, 2008), a categoria gênero, associada a outras categorias como classe social e raça, produz diferentes leituras políticas e sociais do fenômeno da discriminação, potencializando ou não estratégias perversas de exclusão institucional calcadas no racismo, sexismo, classismo, homofobia e transfobia. Nesse artigo, essa intersecção entre as categorias não se configurou como objeto de investigação, uma vez que no cenário escolar onde a pesquisa incidiu a maioria discente compartilha da mesma vulnerabilidade social em uma comunidade periférica de Belo Horizonte. Nazaré relatou fazer uso de hormônios femininos injetáveis desde os quinze anos, sem prescrição médica, alegando comprar os medicamentos pela internet. Essa precocidade no uso hormonal determinou seu

corpo extremamente feminino, produzindo maior passabilidade na escola e evitando situações discriminatórias. A estudante ainda relatou que trabalha esporadicamente como modelo de roupas femininas, participando de desfiles de moda em cidades da região metropolitana de Belo Horizonte. Ficou certo tempo sem estudar, no ano de 2013, e retornou à escola em 2014.

A entrevista foi realizada numa sala de aula vazia escolhida pela coordenadora pedagógica em um canto sossegado da escola. Organizei a sala posicionando duas carteiras uma de frente para outra para facilitar e horizontalizar nossa conversa que durou cerca de quarenta e cinco minutos. Depois de organizar a sala, a coordenadora foi buscar a estudante, ela chegou muito simpática e sorridente, mas também muito tímida. Apesar de ter dezessete anos, seu porte alto e corpo desenvolvido propiciam uma aparência adulta. Usava calça jeans apertada, camisa de manga curta e uma sandália, maquiagem leve, cabelos de tamanho médio presos por um elástico atrás da cabeça. Não era possível identificar qualquer sinal de barba em seu rosto e seu timbre de voz é completamente fino. Apresentei-me e contextualizei o objetivo daquela conversa, explicando como seriam feitas as perguntas, dizendo para ficar à vontade e falar o que quisesse. Comecei perguntando sobre seu nome (social):

Estudante Nazaré: meu nome é Nazaré, escolhi esse nome porque é de uma modelo famosa de passarela que gosto muito. Eu faço desfiles de roupa, até de biquíni já desfilei [...] quero ser uma modelo profissional quando for adulta [...] sou transexual, quando me confundem com travesti fico ofendida, quero com certeza mudar de sexo (Informação verbal, 2014).

Quando questionada sobre seu relacionamento interpessoal diário com outros estudantes, professores e funcionários da escola, ela afirma:

Estudante Nazaré: [...] é muito difícil eu sofrer preconceito, porque tenho respeito por mim mesma [...] eu me dou respeito, é preciso respeitar você mesma em primeiro lugar para depois respeitar os outros [...] não ligo para o que os outros falam. Parei de estudar em 2013 por problemas familiares [...] mas agora voltei pra escola e vou terminar o Ensino Fundamental, quero fazer o Ensino Médio. (Informação verbal, 2014).

Em uma conversa com a coordenadora pedagógica da escola, ela havia relatado que a estudante tem bons relacionamentos interpessoais na escola, destacou que os estudantes têm uma convivência pacífica com ela, porém um dos porteiros da escola apresenta certa resistência. O porteiro é evangélico e disse que por ser um “homem de Senhor” reconhecia apenas o homem e a mulher (biologicamente nascidos), portanto, se ela (a estudante Nazaré) é homem, não iria chamá-la por um nome feminino. Em função disso, insisti na entrevista com a estudante sobre a questão do relacionamento interpessoal na escola, desta vez com ênfase nos funcionários da escola. Perguntei se ela é tratada pelo nome (social) por todos. Ela hesitou um pouco, sorriu e disse que sim. Falei do porteiro da escola que, pela convicção religiosa, disse não reconhecer

nada além do homem e da mulher, ela repetiu que não tem problema com ninguém nessa escola. Entretanto, relatou que na outra escola teve problemas com o porteiro:

Estudante Nazaré: [...] na época eu ainda estava em transição de menino para menina, por isso ele (o porteiro) causou confusão comigo, agora eu não tenho mais esse tipo de problema (Informação verbal, 2014).

Sexualidade e religião são duas temáticas complicadas e polêmicas de serem abordadas na instituição escola, muitas vezes seguindo caminhos diametralmente opostos (LOURO, 1997; 2000) Alguns dogmas religiosos desempenham papéis ideológicos de regulação dos corpos e sujeitos, polarizando seus comportamentos em aceitos/incentivados – os heterossexuais ou refutados/combatidos – todos aqueles não heterossexuais. A Constituição Brasileira (1988) determina a laicidade da educação, porém, ao visitar escolas públicas municipais encontrei esculturas, fotos de santos, grutas iluminadas, crucifixos e até momentos coletivos de oração entre discentes e docentes. A escola é um direito de todo cidadão brasileiro independentemente da crença religiosa, afinal laicidade é diferente de ateísmo. Assim o sendo, objetos, rituais e signos de uma determinada religião ou de qualquer outra não cabem no espaço escolar público. O Brasil, nos últimos quatro anos, tem presenciado uma onda de fundamentalismo religioso radical na sociedade, em especial, no Congresso Nacional. Esse retrocesso no sistema democrático brasileiro tem repercutido em diferentes setores públicos, dos quais a instituição escola é um dos principais alvos de regulação e cerceamento dos direitos de cidadania.

Nazaré não conhecia a normativa de uso do nome (social) nas escolas municipais, disse ter tomado conhecimento pela coordenadora pedagógica que, no dia seguinte à matrícula, fez a retificação de seus dados, acrescentando o nome (social) ao lado do nome civil. Ela destacou a importância dessa política pública na trajetória escolar de pessoas transexuais. Seu caso é inédito na Rede Municipal de Educação, pois foi a primeira vez que uma estudante transexual menor de dezoito anos requisitou o uso do dispositivo nominal. Segundo o artigo 5º da Resolução CME/BH Nº 002/08, a escola precisou do consentimento escrito do pai da estudante que prontamente atendeu. A política pública municipal de Belo Horizonte prevê o uso do dispositivo nominal exclusivamente para discentes travestis e transexuais, diferentemente de normativas de outros estados e municípios brasileiros que ampliam o uso nominal para docentes e demais funcionários das escolas.

Como pesquisador acadêmico, deparei-me com um caso exemplar de implicação no processo investigativo em que a dita neutralidade e imparcialidade científica foram colocadas à prova. Ao final da entrevista com a estudante Nazaré, apresentei e expliquei o TCLE como instrumento de viabilização da pesquisa, garantindo o anonimato dos participantes e salvaguardando os sujeitos investigados. Nazaré leu o

documento e perguntou: “Com qual nome eu devo assinar?”. Sua questão simples, direta e imprevista, me fez refletir instantaneamente sobre a própria pesquisa e seus objetivos. O instrumento metodológico do comitê de ética permitiu desvelar uma faceta da investigação até então desconhecida, trazendo à consciência um impacto secundário do nome (social) na pesquisa. O dispositivo nome (social) tornou-se um analisador surpresa, demandando do investigador uma resposta inesperada ao processo metainvestigativo (LOURAU, 1995). Após rápida reflexão, respondi “Qual nome você gostaria de assinar?”, ela, sem pensar muito, disse ser o nome (social) e assim o fez. Nazaré além de usar seu prenome escolhido, completou a assinatura utilizando seu sobrenome familiar, “é um sobrenome de origem italiana que gosto muito”, terminou salientando.

4. Primeira roda de conversa: docentes da escola

A roda de conversação com os seis docentes da EJA foi realizada na própria sala de professores, sendo profissionais das áreas de pedagogia, letras, matemática e artes, eles estavam à vontade e participaram de forma efetiva da discussão, alguns se manifestando mais que outros. Durante a atividade foi servido um lanche para os participantes, o que pode ser representativo de uma disposição institucional para acolhimento, uma preparação para receber o outro a medida em que oportuniza momentos de descontração e socialização. Duas professoras iniciaram a conversa descrevendo algumas estudantes, tidas como lésbicas, na escola, segundo elas:

Professoras Braga e Guimarães: [...] uma delas se veste bem masculino e comporta com tal [...] é boa aluna, mas de difícil relação, ela tem problema com a sexualidade, por isso é agressiva [...] essa outra não, é muito feminina [...] tão vaidosa, ela me disse que faltou na aula para comprar maquiagem (Informação verbal, 2014). (Grifos nossos)

Mesmo tendo sido apresentada a temática da estudante transexual no início da roda de conversação, as professoras insistiram em começar narrando casos de estudantes lésbicas, destacando critérios de feminilidade e masculinidade que conformam expressões de gênero dissidentes (PRECIADO, 2013), uma das estudantes lésbicas é tida como masculina, justificando seu comportamento agressivo, enquanto a outra estudante lésbica é tida como feminina, justificando seu interesse pela maquiagem e cuidados com a aparência estética. Infere-se assim, que a chave de leitura do binarismo de gênero é reiterada pelo discurso e pela forma de olhar para o mundo, independentemente da orientação sexual. Vale destacar na narrativa o uso da expressão recorrente entre docentes “problema com a sexualidade” que, assim como “sexualidade não resolvida”, sugerem a homossexualidade como um “problema” a ser resolvido, do qual a solução está em assumir publicamente sua orientação sexual. Podemos inferir a partir das falas que a heterossexualidade, na contramão do raciocínio lógico, não apresenta “problemas” merecedores de resolução, uma vez que, como norma hegemônica, equilibra o tripé

sexo/gênero/orientação sexual (BUTLER, 2006; BENTO, 2008).

Outra preocupação usual docente reside no uso de terminologias durante a conversação, era comum alguns começarem a falar e, repentinamente, interromper e perguntar questões como “Posso falar tendência?” ou “É opção ou orientação? Ou é condição sexual?” ou ainda “Dizer gay é pejorativo? O que eu devo falar?”. Aliado à limitação linguística que não abarca a multiplicidade de expressões e novos termos oriundos do campo das sexualidades, percebe-se uma preocupação excessiva com o “falar politicamente correto”. No campo semântico dos estudos de gênero, a prática discursiva (BUTLER, 2003) institucional da escola gera ansiedade entre docentes, podendo ser observada também em outros campos da educação que abordam o trabalho com as diversidades, como na temática étnico-racial e na temática da pessoa com deficiência. No intuito de baixar a ansiedade, disse aos professores para falar como quisessem, sem preocupar com as palavras certas ou erradas, pois aquele era o lugar de falar, escutar e ampliar a consciência sobre a temática. Na sequência da conversa, tentei retomar a temática da roda, requisitando que alguém falasse da estudante Nazaré. O professor de matemática tomou a palavra:

Professor Portimão: ela se veste como mulher, é tímida [...] quando chegou na sala sentou lá atrás, acanhada [...] os meninos saíram de perto dela no início, com cerca de duas semanas se entrosou na sala, é bastante frequente [...] ela é simpática mesmo, não é vulgar [...] ela faz desfile de moda em Diamantina (Informação verbal, 2014) (grifos nossos)

Na narrativa do professor, o uso do artigo e do pronome sempre no feminino destaca Nazaré como pertencente ao gênero feminino. Ele utiliza a expressão “não é vulgar” para descrevê-la, quando questionado sobre o porquê dessa expressão, ele respondeu dizendo que a maioria das pessoas trans são vulgares e completou “[...] muitas usam aqueles shortinhos curtos, querem mesmo é chamar a atenção, caçar confusão [...]”. Uma relação hierárquica entre comportamento e moralidade se instaura no discurso, a partir de um juízo de valor expresso pela escolha de vestimentas e pelo comportamento, o modelo de mulher digno de respeito é diferenciado do modelo de mulher indigno e frívolo. O quesito trabalho é outro fator relevante e complementar na descrição da não vulgaridade da estudante, pois o professor afirma “ela faz desfile de moda [...]”, permitindo uma inferência sobre a inserção diferenciada de Nazaré no mercado de trabalho, distinguindo-se de outras pessoas trans que trabalham, usualmente, como prostitutas, cabeleireiras ou maquiadoras.

A timidez, por muitos atribuída a Nazaré, e o enquadramento nas “normas de feminilidade não vulgar” socialmente impostas e incentivadas pela instituição escolar, imputam certa invisibilidade da transexualidade. Pela perspectiva da passabilidade, a estudante é tida, pela maioria docente, como uma menina “normal”, ou seja, biologicamente mulher (BUTLER, 2003), assim o sendo não representa esteticamente uma ameaça, nem gera nenhum risco à estrutura instituída da escola. Mas afinal, o

que define uma verdadeira mulher: o sexo anatômico, a identidade de gênero ou a orientação sexual? Essa questão não possui uma resposta retórica, ela propõe uma reflexão ampliada sobre os modelos universalistas e essencialistas de homem e mulher que preponderam no imaginário social.

Em uma conversa com a coordenadora pedagógica, ela apresentou fotos recentes dos discentes durante uma atividade coletiva no pátio da escola. Em todas as fotos, cerca de doze no total, Nazaré vira o rosto para o lado contrário à máquina fotográfica, abaixa a cabeça ou se esconde atrás dos colegas. A invisibilidade literalizada pode estar representada na atitude furtiva da estudante ao se esquivar do registro fotográfico, mesmo sendo uma pessoa envolvida com o universo da moda, no qual a estética e a captura da imagem são elementos essenciais. Essa leitura paradoxal do fenômeno nos faz refletir sobre os modos de subjetivação discutidos por Deleuze e Guattari (1995), para os quais a subjetividade é polifônica, heterogênea, processual e rizomática. Um devir sujeito no entrecruzamento do espaço/corpo, espaço/escola e espaço/trabalho, com seus respectivos rituais e regras, afetando e sendo afetado. O indivíduo se encontra na encruzilhada de múltiplos componentes da subjetividade, alguns de ordem inconsciente, outros do domínio corporal e ainda aqueles do domínio da produção de poder – social, econômico, tecnológico e midiático (GUATTARI e ROLNIK, 1986).

Sobre o convívio da estudante Nazaré em sala de aula, outro professor relatou um incidente ocorrido com uma funcionária da Gerência de Acompanhamento e Verificação da Frequência Escolar que faz a chamada oral dos estudantes em sala de aula, periodicamente, em todas as escolas da Rede Municipal.

Professor Viseu: ela (a funcionária) estava na sala de aula fazendo a chamada e chamou a Nazaré pelo nome de registro dela [...] ela não respondeu a chamada, abaixou a cabeça envergonhada. A coordenadora estava presente na sala e chamou: “Nazaré é você! ”. A funcionária não entendeu a situação e continuou a chamada. Depois disso, alguns colegas fizeram brincadeiras com ela por uns dias, depois voltou ao normal, chamando pelo nome dela mesmo (Informação verbal, 2014)

Perante o relato, em outra ocasião, investiguei com a equipe do setor responsável pelo controle da frequência escolar na Secretaria Municipal de Educação e verifiquei que as funcionárias não foram orientadas sobre a existência da Resolução CME/BH Nº 002 (2008), nem sobre o que significa um nome (social). A falta de comunicação e articulação entre os diversos setores da Secretaria resulta em atitudes em desacordo com a política pública educacional. A expectativa de uma instituição é que seus funcionários tenham conhecimento pleno das políticas públicas que regulamentam o trabalho, especialmente quando tais funcionários pertencem ao campo de gestão pessoal. Outro aspecto relevante diz respeito ao processo de avaliação externa a que todas as escolas brasileiras estão submetidas anualmente desde 2007, uma prática nacional no processo de produção de dados para medir o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de cada escola. Como a avaliação é aplicada por agentes externos da

escola, isso pode gerar outra situação constrangedora com a estudante Nazaré, pois a prova é personalizada a partir dos dados constantes no diário de classe de cada sala de aula. Mais uma vez, constata-se o abismo existente entre o texto prescrito de uma normativa municipal e a prática social na escola.

Quando os educadores foram questionados sobre o nome (social) e a política pública, apenas um professor disse que conhecia a normativa de antemão, os demais só tomaram conhecimento após a presença da estudante Nazaré na escola. Disseram ser importante um documento de tal natureza, pois legaliza e cria uma referência útil, por exemplo, na orientação do porteiro da escola sobre o tratamento interpessoal com o nome (social).

O professor de Ciências apontou uma questão específica, pois o livro didático de Ciências Naturais apresenta a existência de apenas dois “aparelhos reprodutores”, o masculino e o feminino, ele completou “Como fica então essa conversa de travesti? Não é homem, nem mulher?” O grupo fez um silêncio desconcertante por um tempo e, em seguida, a coordenadora acrescentou outra pergunta: “Como que se define o gênero? Nasce assim, aprende [...] como que é?” Aproveitei as questões apresentadas para fazer uma breve diferenciação teórica entre sexo, gênero e orientação sexual, tomando o cuidado de separar reprodução sexual de desejo sexual. A partir das falas e dúvidas apresentadas, percebi que essa discussão é muito incipiente entre os docentes que carecem de formação na temática. A busca por uma ontologia da identidade de gênero (BENTO, 2008) é uma demanda comum docente, uma forma de ancorar a sexualidade no campo científico racional e naturalizante. O livro didático é, muitas vezes, utilizado como instrumento pedagógico regulatório do binarismo que, em uma perspectiva heteronormativa, não deixa espaço para as expressões de sexualidade dissidente (PRECIADO, 2013). O livro de Ciências Naturais é tomado como uma prática discursiva pedagógica que se apropria dos discursos médico e psicológico para reiterar o sistema de poder dominante (FOUCAULT, 1984) e excludente das diferenças. Não pude deixar de problematizar o uso do termo aparelho reprodutor (ALVES, 2009) como uma engrenagem mecânica de um suposto corpo máquina que visa o coito sexual como meramente reprodutivo, tal utilização terminológica em nada dialoga com a concepção da autopoiesis humana (MATURANA e VARELA, 1997).

5. Segunda roda de conversa: funcionários administrativos da escola

Antes de realizar a roda de conversação com funcionários, encontrei pela primeira, e única vez, com a diretora da escola. Ela disse que sabia da pesquisa pela coordenadora pedagógica da EJA, mas que nossas agendas não eram compatíveis. Logo em seguida, chegou a coordenadora e juntos decidimos utilizar o espaço da biblioteca para realizar a roda de conversa com os funcionários. Fomos ao local e organizamos uma mesa com cadeiras em círculo. Em seguida, os funcionários foram chamados e chegando aos poucos, de forma silenciosa e tímida. Ao todo foram cinco pessoas: duas cantineiras,

uma bibliotecária, um porteiro e uma auxiliar de limpeza. Iniciei a roda com uma rápida apresentação da pesquisa, para depois pedir que todos se apresentassem. O porteiro estava claramente desconcertado no início da conversa, falando alto e rindo o tempo todo, acredito que o tema em discussão e o fato de ser o único representante do sexo masculino, além de mim, presente na roda podem ter colaborado com seu desconforto. Entre as mulheres presentes, a bibliotecária era a mais articulada, expondo suas opiniões de forma segura e objetiva, as demais concordavam e se eximiam de falar muito, mantinham o contato visual e estavam muito atentas ao foco da conversa.

Quando questionados sobre o significado do nome (social), disseram ser o nome que a pessoa escolhe para ela mesma. Comentaram que muitos cantores e artistas tem mania de mudar de nome, “o nome é como se fosse uma fantasia”, disse a auxiliar de cantina. Aqui é possível perceber uma linha tênue entre as concepções de nome (social), nome artístico e apelido. A bibliotecária da escola completou:

Bibliotecária Évora: [...] eu mesma, eu tenho muitos nomes, nome de solteira, nome de casada e nome da mãe [...] meu nome muda muito de acordo com quem escreve (...) uns escrevem com “e” no final, outros com “th”, outros com “the” [...] acho que a única forma de não misturar as pessoas é o CPF, esse não muda nunca (Informação verbal, 2014).

Em seguida, o porteiro, ainda visivelmente incomodado com a conversa, relata num rompante:

Porteiro Figueira: [...] sei lá, é tudo muito confuso [...] eu me enrolo o tempo, porque tudo é homem, nasceu homem então é homem até morrer, embaixo do gelo ou em cima do gelo (Informação verbal, 2014).

Questionado sobre o sentido da expressão “embaixo do gelo e acima do gelo”, o porteiro tentou explicar, embora não tenha obtido êxito. Segundo ele, todo homem tem uma espécie de “essência masculina” (talvez em uma referência ao pênis) e não importa onde esteja, “será sempre um homem”. Analogicamente, perguntei-lhe sobre a suposta “essência feminina” e disse que era o útero, pois toda mulher tem. Completou dizendo que se uma pessoa não consegue “colocar um útero”, então não é e nunca será uma mulher de verdade. O corpo é tomado como um substrato naturalizante do gênero, um destino final em que não cabe negociações. Na contramão desse raciocínio reducionista, Le Breton (2008) utiliza em seus escritos e investigações acadêmicas no campo da Antropologia o termo “corpo rascunho” (2008, p. 33) para designar a fluidez e a descontinuidade inerente a todo corpo humano, sujeito aos intemperes do ambiente, da idade cronológica, da alimentação, dos exageros, das abstinências, dos usos/abusos e também do próprio desejo.

A discussão sobre as supostas essências, masculina e feminina, alinhadas aos órgãos genitais revela uma visão essencialista do corpo que ancora o sexo como sinônimo de gênero, produzindo modelos originais e imutáveis de homem e de

mulher (MISKOLCI, 2005). A permanência do arcabouço corpóreo é usada critério naturalizante da sexualidade e do gênero, com um diferencial para a mulher que tem sua “originalidade” comprovada pela capacidade de reproduzir, para tanto, precisando possuir um útero. A definição de mulher passa por uma potencial maternidade, universalizando um modelo feminino (BUTLER, 2003). Nessa lógica de raciocínio, uma mulher transexual nunca será considerada uma mulher dita original.

Uma cantineira contra argumentou com o porteiro, dizendo:

Cantineira Gaia: [...] hoje em dia as coisas mudaram, não dá mais para pensar dessa forma, a mulher mudou, o homem mudou [...] a gente tem que acompanhar as mudanças [...] na minha época era diferente, hoje a mulher trabalha, sustenta a casa, o homem não é mais o que sustenta a casa (Informação verbal, 2014).

O porteiro refutou alegando que: “[...] o normal é o homem ser o chefe de casa, o normal é homem ser homem”. A cantineira Gaia retomou a palavra, discordou do conceito de homem apresentado e citou casos de homens que não possuem pelos no corpo, pois frequentam salão de beleza para fazer depilação total, e nem por isso deixam de ser homens “[...] são homens mais limpos que cuidam da saúde, diferentemente de alguns que não estão nem aí para essas coisas de higiene e saúde”. A cantineira Ribeira completou, citando personagens masculinos em novelas de televisão que são muito cuidadosos com o rosto, barba, dentes e corpo. Uma delas terminou pontuando “[...] detesto homem fedorento, de unha grande e sujo [...] Deus me livre”.

Em meio aos comentários exaltados sobre um modelo “original” de homem, retomei o tema do nome (social) perguntando quem conhecia a Resolução CME/BH N°002/2008 e qual era sua importância e aplicabilidade na escola. A bibliotecária respondeu:

Bibliotecária Évora: [...] é muito importante ter uma lei na escola para garantir o direito do outro ser humano, afinal ele tem que ser respeitado como ser humano [...] a lei é para ser seguida na prefeitura, a escola é pública e todos têm o direito. (Informação verbal, 2014).

Entre todos os partícipes, apenas a bibliotecária alegou conhecer a Resolução de antemão, os demais tomaram conhecimento da normativa municipal por meio da coordenadora pedagógica da EJA depois que a estudante Nazaré se matriculou na escola. O recurso argumentativo dos direitos de cidadania e do direito constitucional à educação foi usado em defesa do uso do nome (social) por estudantes trans, sinalizando um posicionamento político da funcionária que se destaca dos demais que utilizam argumentos do campo ideológico e pessoal. O porteiro permaneceu em silêncio, apenas acenando com a cabeça em uma suposta concordância com o que estava sendo falado. Sobre o cotidiano da estudante Nazaré no trato interpessoal com professores, funcionários e discentes, as cantineiras disseram:

Cantineiras Gaia e Ribeira: ela é muito reservada, tem aparência de mulher [...] trata a gente muito bem quando chega na cantina, não faz bagunça, tem voz feminina [...] quando me disseram que tinha uma (transexual) na escola, eu fiquei doida para conhecer, aí quando eu conheci, eu fiquei boba com ela, é muito feminina [...] nem parece homem, não tem barba nenhuma [...] todos a respeitam muito, mesmo os meninos conversam com ela [...] ela é muito calada, tem jeito de menina mesmo, a educação faz dela uma pessoa muito especial (Informação verbal, 2014).

Em um rompante, a funcionária responsável pela limpeza começou a participar da conversação, dizendo que tem dois vizinhos homossexuais:

Funcionária Leiria: um deles solta a franga o outro não. Eles são muito sinceros depois que se transformam, são verdadeiros. Ele tem que ser o que quer ser, tem que respeitar [...] sou assim e pronto, um deles fala [...] a família de um sabe dele e a do outro não (Informação verbal, 2014). (Grifos nossos)

É muito significativa a necessidade de alguns partícipes das rodas de conversação em falar sobre estudantes, amigos ou conhecidos homossexuais, *gays* ou lésbicas, apesar da temática em foco ser a transexualidade. Mesmo após explicações e esclarecimentos teóricos das concepções divergentes entre tais terminologias, a homossexualidade se configura como um tema cíclico na conversação. Outro fator analítico de destaque é o uso dos termos “sinceros” e “verdadeiros” de forma generalizada para homossexuais. Afinal, sinceridade e confiabilidade são qualidades de todo homossexual? Elas precedem a orientação sexual? Estabelece-se, assim, uma interseção falaciosa, no senso comum, entre orientação sexual e índole moral, bem como um equívoco teórico/conceitual ao utilizar o termo homossexual como “guarda-chuva” para condensar todas as expressões de gênero e de sexualidade que destoam da heteronormatividade.

6. Considerações (trans)gressoras: a institucionalização da diferença na escola

Esse artigo procurou desvelar os impactos do dispositivo do nome (social) no cotidiano de uma escola da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte e, imbuído desse propósito, sua contribuição consiste em uma reflexão qualificada sobre as limitações na implementação de políticas públicas de caráter permanente na instituição escola, ampliando espaço para que outras estratégias políticas e educacionais sejam pensadas e praticadas a fim de garantir o direito à educação de estudantes transexuais. Além disso, destaca-se a escuta qualificada de docentes e funcionários administrativos, bem como de uma estudante trans, que poucas vezes têm a oportunidade de participar de momentos coletivos de análise, reflexão e formação no campo das subjetividades e sexualidades, sendo sujeitos essenciais no processo democrático de elaboração e implementação de políticas públicas.

As narrativas de docentes e funcionários administrativos coletadas nas rodas de conversação revelaram grande desconhecimento sobre transexualidade, tomando muitas

vezes tais termos como sinônimos de homossexualidade, aglutinando erroneamente noções de identidade de gênero com orientação sexual. A distinção entre sexo, gênero e orientação sexual é pouco conhecida entre os agentes escolares, fato que nos demandou intervenções teóricas durante as rodas de conversação. A dificuldade em nomear e compreender a diversidade de gênero reitera práticas e discursos discriminatórios, produzindo mecanismos de exclusão social. A própria normativa municipal sobre nome (social), pouco conhecida entre os agentes escolares, não é esclarecedora sobre a terminologia empregada, provocando confusões conceituais que impactam na prática social dos agentes escolares e no trato diário com estudantes transexuais.

Na instituição escola, docentes, guardas municipais, porteiros, coordenadores, funcionários administrativos, vice-diretores e diretores são figuras sociais ocupantes de posições de poder, podendo produzir relações sociais de subalternidade geradoras de práticas escolares que violentam e silenciam. O discurso do poder reitera práticas discriminatórias intrínsecas à estrutura organizacional da instituição escola. A dialética institucional escolar entre o instituído – representado pela escola com suas regras de condutas - e a instituinte – representada pelos sujeitos discentes com demandas diferenciadas - se desequilibra, potencializando o instituído representado pela lei em detrimento do ato instituinte de repensar a si mesma como um sistema aberto. O regime de verdades na escola se torna impermeável à diversidade e ao seu entorno, reproduzindo um claustro ideológico entre iguais. Todo aquele que não se enquadra na norma institucional, simboliza uma ameaça potencial à estrutura organizacional da escola, devendo ser repreendido e corrigido, pois seu comportamento torna-se patológico e indesejável.

A estudante Nazaré possui uma expressão de transexualidade que é tomada como prática sintônica com o binarismo de gênero, ela quer se submeter à cirurgia de redesignação sexual e se tornar uma mulher “verdadeira”. Com isso, Nazaré restabelecerá a ordem entre os gêneros, garantindo uma suposta estabilidade no contexto heteronormativo inalcançável para corpos dissidentes e abjetos. Pelos relatos obtidos nas rodas de conversação, Nazaré é considerada, aparentemente, uma mulher, pois adjetivos e expressões como “reservada”, “feminina”, “discreta”, “jeito de menina mesmo”, “calada” e “educada” são utilizadas na descrição da estudante, além do fato de se referirem a ela sempre no feminino, o que corrobora para a sua passabilidade. Assim, pode-se inferir que o modelo de mulher transexual de Nazaré é legitimado socialmente na escola, garantindo certos privilégios para a estudante que são, normalmente, negados a outros modelos de mulher transexual ou travesti, por serem estes modelos ruidosos, incômodos e transgressores que denunciam fissuras nas normas de gênero da escola. Seguindo o mesmo raciocínio, mulheres cisgênero – aquelas com concordância entre o sexo anatômico e a identidade de gênero – podem ser consideradas mais legítimas que mulheres transgênero – aquelas com discordância entre o sexo anatômico e a identidade de gênero - , remetendo à problematização, instaurada

pelos movimentos feministas pós estruturalistas, do modelo universalista de mulher que permeia o imaginário coletivo, político e cultural da sociedade contemporânea.

Dentre os privilégios conquistados pela estudante Nazaré na escola, destaca-se o fato dela ter finalizado o ano letivo e concluído o Ensino Fundamental. Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação (BELO HORIZONTE, 2015), o caso Nazaré se distingue de outros casos de estudantes transexuais matriculadas em escolas municipais em que dificuldades nos relacionamentos interpessoais, resistência ao uso do nome (social), intolerância quanto ao uso dos banheiros e negação das diferenças produzem violências institucionais, discernindo um sujeito de comportamento viável daquele intolerável. Muitas estudantes transexuais possuem histórico de abandono escolar, resultado de diferentes mecanismos que exercem influência em suas trajetórias educacionais, para além do preconceito transfóbico, como: a relação familiar, a crença religiosa, a prostituição, o uso de drogas, o abandono e o sofrimento psíquico. Esses mecanismos refletem visões de mundo e modos de convivência que também interferem nos processos de acesso, permanência e conclusão dos estudos, sendo, portanto, mercedores de outras investigações.

Por fim, conclui-se que a política pública municipal, como um instrumento legal, não abarca as diversas ressonâncias oriundas do uso do nome (social) no cotidiano escolar, sendo um ponto de partida para o debate dos direitos de pessoas trans. Esse texto não encerra em si mesmo, tornando-se um convite para outras reflexões críticas e outros olhares acadêmicos, numa perspectiva de valorização das diversas formas de ser e estar no mundo.

Referenciais

ALVES, Cláudio Eduardo Resende. *Corporeidade*: oficina de formação para professores da educação de jovens e adultos. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2009.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. Resolução CME/BH N° 002, 18 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a inclusão do Nome (social) de Travestis e Transexuais nos registros escolares das escolas da Rede Municipal de Educação. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, ano XV, edição n°3386, julho 2008

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. *Sistema de Gestão Escolar – SGE*. Prodabel. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2015.

BENTO, Berenice. *A Reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. São Paulo: Espaço e Tempo, 2006

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade?* São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n^os 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n^o/s 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2008.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Deshacer el gênero*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2006.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol 1. São Paulo: editora 34, 1995.

FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão. Inclusão de travesti s e transexuais através do nome (social) e mudanças de prenome: diálogos iniciais com Karen Schwach e outras fontes. *Oralidades*. Ano 6, n.11, p. 89 -116, jan-jul, 2012.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

LE BRETON, David. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. Papirus editora: Campinas, 2008

LE BRETON, David. Corpo, gênero e identidade. In: FERRARI, Anderson et al.(orgs.) *Corpo, gênero e identidade*. Lavras: UFLA, 2014.

LEITE JR, Jorge. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico*. São Paulo: Annablume, 2011.

LOURAU, René. *Análise Institucional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexo e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MATURANA, Humberto & VARELA, Francisco. *De máquinas e seres vivos: autopoiese - a organização do vivo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MISKOLCI, Richard. Um corpo estranho na sala de aula. IN: ABRAMOWICS, Anete e SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs). *Afirmando as diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola*. Campinas: Papirus, 2005.

OLIVEIRA, João Manuel e NOGUEIRA, Conceição. *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e identidade de gênero*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero. Lisboa: Artes Gráficas, 2010.

PRECIADO, Beatriz. The pharmaco-pornographic regime: sex, gender and subjectivity in the age of punk capitalismo. In: STRYKER, Susan e AIZURA, Aren (Orgs.). *The transgender studies reader 2*. New York, NY: Routledge, 2013, p. 266-277.

PROSSER, Jay. *Second Skins: the body narratives of sexuality*. Columbia University Press: New York, 1998.

REVEL, Judith. *Dicionário Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

REY, Fernando Gonzalez. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. *Psicologia & Sociedade*. 26(1), 2014.

VERLOO, Mieke. *Multiple meanings of gender equality: a critical frame analysis of gender policies in Europe*. Budapest: CPS Books, Central Europe University Press, 2008.

Recebido em: 22/06/2016

Aprovado em: 06/08/2018